

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 003/2018

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 06 de março de 2018, terça-feira, à partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

1. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR ORDINÁRIO Nº 003.0.5440/2017. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA RILDO MENDES DE CARVALHO. RELATORA: CONSELHEIRA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA. REVISORA: CONSELHEIRA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA. ADVOGADO: DR. MANOEL PINTO.

2. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

- 2.1. Procedimento Ministerial nº 720.0.66748/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 2.2. Procedimento Ministerial nº 608.9.1123/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.3. Procedimento Ministerial nº 137.9.239076/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.4. Procedimento Ministerial nº 598.9..140316/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.5. Inquérito Civil nº 608.0.202913/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.6. Inquérito Civil nº 590.0.120638/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.7. Inquérito Civil nº 336.0.74299/2014, da Promotoria de Justiça de Uauá;
- 2.8. Inquérito Civil nº 590.0.101696/2008, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.9. Procedimento Ministerial nº 708.0.220450/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 2.10. Inquérito Civil nº 003.9.64768/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE DE SOUZA LIMA:

- 2.11. Procedimento Ministerial nº 003.0.15432/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 2.12. Inquérito Civil nº 003.9.88006/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.13. Inquérito Civil nº 003.0.33136/2012, da Promotoria de Justiça de Cândido Sales;
- 2.14. Inquérito Civil nº 003.0.180450/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.15. Inquérito Civil nº 708.0.239589/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 2.16. Inquérito Civil nº 003.0.7596/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 2.17. Procedimento Ministerial nº 003.9.171102/2017, do Grupo de Atuação Especial

de Defesa da Saúde- GESAU;

2.18. Procedimento Ministerial nº 003.9.149135/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

2.19. Inquérito Civil nº 702.9.33297/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

2.20. Procedimento Ministerial nº 699.0.230794/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

2.21. Inquérito Civil nº 090.0.141437/2009, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

2.22. Inquérito Civil nº 003.0.254656/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

2.23. Procedimento Ministerial nº 003.1.93963/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

2.24. Procedimento Ministerial nº 174.0.129051/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa;

2.25. Inquérito Civil nº 646.0.179030/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

2.26. Inquérito Civil nº 027.1.33061/2007, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

2.27. Inquérito Civil nº 003.0.164823/2013, do Grupo de Atuação Especial para Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;

2.28. Procedimento Ministerial nº 241.0.154247/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;

2.29. Inquérito Civil nº 600.0.189427/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

2.30. Procedimento Ministerial nº 646.0.239338/2013, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;

2.31. Procedimento Ministerial nº 163.9.22094/2017, da Promotoria de Justiça de Maracás;

2.32. Inquérito Civil nº 128.0.226656/2016, da Promotoria de Justiça de Jaguaripe;

2.33. Inquérito Civil nº 590.0.17799/2008, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari.

2.34. Inquérito Civil nº 590.0.4014/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

2.35. Inquérito Civil nº 001.9.253885/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

2.36. Inquérito Civil nº 003.0.19727/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

2.37. Procedimento Ministerial nº 593.0.128305/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

2.38. Inquérito Civil nº 001.9.187128/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

2.39. Inquérito Civil nº 590.0.142081/2007, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

2.40. Procedimento Ministerial nº 593.0.83664/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

2.41. Procedimento Ministerial nº 035.0.146600/2015, da Promotoria de Justiça de Cachoeira;

2.42. Inquérito Civil nº 001.9.3833/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

2.43. Procedimento ministerial nº 025.0.72544/2016, da Promotoria de Justiça de Belo Campo;

2.44. Inquérito Civil nº 003.0.131417/2008, da Promotoria de Justiça de Belo Campo;

2.45. Procedimento ministerial nº 003.1.12342/2006, da Promotoria de Justiça de Piatã;

2.46. Recurso Administrativo nº 003.9.250028/2017 (referente ao IC nº 674.9.244964/2017), da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

2.47. Inquérito Civil nº 001.9.217409/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

2.48. Inquérito Civil nº 001.9.15615/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

2.49. Inquérito Civil nº 167.0.106267/2015, da Promotoria de Regional Especializada em Meio Ambiente com Sede em Mata de São João;

- 2.50. Procedimento Administrativo nº 608.9.86745/2017, das 1ª e 8ª Promotorias de Justiça de Jequié;
- 2.51. Inquérito Civil nº 003.0.57843/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.52. Inquérito Civil nº 228.0.182294/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Pojuca;
- 2.53. Inquérito Civil nº 708.0.113662/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 2.54. Procedimento ministerial nº 003.9.157173/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.55. Procedimento ministerial nº 003.0.103180/2016, da Promotoria de Regional Ambiental com Sede em Ilhéus;
- 2.56. Inquérito Civil nº 003.0.133982/2016, da 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 2.57. Procedimento ministerial nº 608.9.175156/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.58. Inquérito Civil nº 590.1.65268/2005, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.59. Inquérito Civil nº 003.0.202039/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.60. Inquérito Civil nº 933.0.164275/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 2.61. Inquérito Civil nº 644.0.245577/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 2.62. Inquérito Civil nº 003.0.97813/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.63. Inquérito Civil nº 591.0.30526/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.64. Inquérito civil nº 598.0.120684/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.65. Inquérito civil nº 003.0.246369/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.66. Inquérito civil nº 692.0.101036/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 2.67. Inquérito civil nº 003.9.43134/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Seabra;
- 2.68. Inquérito civil nº 590.0.4537/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

- 2.69. Inquérito Civil nº 591.0.16907/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.70. Inquérito Civil nº 003.9.6565/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.71. Procedimento Ministerial nº 003.0.126520/2008, do Núcleo de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – NUDEPHAC;
- 2.72. Inquérito Civil nº 003.0.117662/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.73. Procedimento Ministerial nº 003.0.21395/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 2.74. Procedimento Ministerial nº 003.0.196905/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.75. Inquérito Civil nº 003.0.128520/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.76. Procedimento Ministerial nº 036.0.88584/2013, da Promotoria de Justiça de Caculé;

- 2.77. Procedimento Ministerial nº 696.9.128684/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.78. Inquérito Civil nº 001.9.266852/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.79. Procedimento Ministerial nº 003.9.156934/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.80. Inquérito Civil nº 709.0.59540/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:

- 2.81. Inquérito Civil nº 003.0.176865/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 2.82. Inquérito Civil nº 682.0.219481/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Caetité;
- 2.83. Inquérito Civil nº 699.0.181420/2014, da Promotoria de Justiça Ambiental Regional com sede em Itaberaba;
- 2.84. Procedimento Ministerial nº 702.0.229584/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 2.85. Inquérito Civil nº 646.9.220520/2017, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 2.86. Inquérito Civil nº 003.0.108830/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.87. Inquérito Civil nº 590.0.75564/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.88. Inquérito Civil nº 699.0.21224/2015, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
- 2.89. Inquérito Civil nº 001.9.246707/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.90. Inquérito Civil nº 210.9.214505/2017, da Promotoria de Justiça de Paramirim;
- 2.91. Procedimento Ministerial nº 697.0.110657/2012, da Promotoria de Justiça de Coaraci;
- 2.92. Inquérito Civil nº 001.9.222608/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.93. Procedimento Ministerial nº 003.0.132181/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.94. Inquérito Civil nº 003.0.248820/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.95. Inquérito Civil nº 003.0.165436/2015, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
- 2.96. Inquérito Civil nº 596.0.38804/2011, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.97. Inquérito Civil nº 596.0.188928/2012, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

- 2.98. Inquérito Civil nº 003.0.240048/2016, da 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 2.99. Inquérito Civil nº 035.9.141549/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 2.100. Procedimento Ministerial nº 003.1.93965/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 2.101. Inquérito Civil nº 003.0.166484/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 2.102. Procedimento Ministerial nº 003.0.129910/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

- 2.103. Inquérito Civil nº 212.0.70308/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Paripiranga;
- 2.104. Procedimento Ministerial nº 521.9.189358/2017, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;
- 2.105. Inquérito Civil nº 597.0.192373/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.106. Inquérito Civil nº 001.9.3740/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.107. Procedimento Ministerial nº 003.0.160219/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.108. Inquérito Civil nº 003.9.117536/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.109. Procedimento Ministerial nº 674.0.83624/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.110. Inquérito Civil nº 646.9.263134/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.111. Procedimento Ministerial nº 334.0.61685/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Tucano;
- 2.112. Procedimento Ministerial nº 003.9.216374/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.113. Inquérito Civil nº 600.0.41441/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.114. Inquérito Civil nº 003.0.195158/2009, da Promotoria de Justiça de Tanhaçu;
- 2.115. Procedimento Ministerial nº 003.0.80916/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 2.116. Inquérito Civil nº 210.0.176273/2010, da Promotoria de Justiça de Paramirim;
- 2.117. Inquérito Civil nº 590.0.101670/2008, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:

- 2.118. Inquérito Civil nº 054.0.204780/2011, da Promotoria de Justiça de Cândido Sales;
- 2.119. Procedimento Ministerial nº 307.0.174987/2007, da Promotoria de Justiça de Serra Preta;
- 2.120. Inquérito Civil nº 003.0.39039/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 2.121. Procedimento Ministerial nº 069.9.101915/2017, da Promotoria de Justiça de Catu;
- 2.122. Recurso Administrativo nº 003.9.186180/2017, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.123. Inquérito Civil nº 597.0.210324/2015, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Valença;
- 2.124. Inquérito Civil nº 042.0.125667/2015, da Promotoria de Justiça de Camamu;
- 2.125. Procedimento Administrativo nº 003.0.239183/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 2.126. Inquérito Civil nº 003.9.112674/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.127. Inquérito Civil nº 001.9.215579/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.128. Procedimento Ministerial nº 699.0.230906/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 2.129. Procedimento Ministerial nº 015.0.101111/2012, da Promotoria de Justiça de Araci;
- 2.130. Inquérito Civil nº 597.0.162155/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;

- 2.131. Inquérito Civil nº 712.0.4838/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 2.132. Inquérito Civil nº 681.0.244870/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 2.133. Inquérito Civil nº 590.0.250769/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.134. Inquérito Civil nº 600.0.200786/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.135. Inquérito Civil nº 696.0.180787/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.136. Procedimento Ministerial nº 007.9.9461/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 2.137. Procedimento Ministerial nº 003.9.48318/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.138. Inquérito Civil nº 003.9.88397/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.139. Inquérito Civil nº 003.9.88372/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.140. Procedimento Ministerial nº 003.0.9149/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.141. Procedimento Ministerial nº 608.9.185813/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.142. Procedimento Ministerial nº 608.9.186366/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.143. Procedimento Ministerial nº 608.9.186382/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.144. Procedimento Ministerial nº 608.9.185799/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.145. Procedimento Ministerial nº 608.9.186358/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.146. Procedimento Ministerial nº 608.9.185987/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.147. Procedimento Ministerial nº 608.9.186375/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.148. Procedimento Ministerial nº 608.9.185888/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.149. Procedimento Ministerial nº 608.9.185730/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.150. Procedimento Ministerial nº 608.9.185968/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.151. Procedimento Ministerial nº 608.9.186022/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.152. Procedimento Ministerial nº 608.9.186290/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.153. Procedimento Ministerial nº 608.9.186236/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.154. Procedimento Ministerial nº 608.9.185743/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.155. Procedimento Ministerial nº 608.9.186081/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.156. Procedimento Ministerial nº 608.9.186160/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.157. Procedimento Ministerial nº 608.9.185710/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

de Jequié;

2.158. Procedimento Ministerial nº 608.9.186356/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.159. Procedimento Ministerial nº 608.9.186265/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.160. Procedimento Ministerial nº 608.9.186067/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.161. Procedimento Ministerial nº 608.9.186104/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.162. Procedimento Ministerial nº 608.9.185840/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.163. Procedimento Ministerial nº 608.9.185861/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.164. Procedimento Ministerial nº 608.9.186132/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.165. Procedimento Ministerial nº 608.9.186031/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.166. Procedimento Ministerial nº 608.9.186311/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.167. Procedimento Ministerial nº 608.9.186250/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.168. Procedimento Ministerial nº 608.9.186195/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.169. Procedimento Ministerial nº 608.9.185912/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.170. Procedimento Ministerial nº 608.9.186119/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.171. Procedimento Ministerial nº 608.9.186330/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.172. Procedimento Ministerial nº 608.9.186351/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.173. Procedimento Ministerial nº 608.9.186343/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.174. Procedimento Ministerial nº 608.9.186013/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.175. Procedimento Ministerial nº 608.9.185779/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.176. Procedimento Ministerial nº 608.9.186299/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.177. Procedimento Ministerial nº 608.9.186362/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.178. Procedimento Ministerial nº 608.9.186145/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.179. Procedimento Ministerial nº 608.9.185678/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.180. Procedimento Ministerial nº 608.9.185872/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.181. Procedimento Ministerial nº 608.9.186347/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.182. Procedimento Ministerial nº 608.9.186051/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.183. Procedimento Ministerial nº 608.9.186272/2017, da 4ª Promotoria de Justiça

de Jequié;

2.184. Procedimento Ministerial nº 608.9.186094/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.185. Procedimento Ministerial nº 608.9.185761/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.186. Procedimento Ministerial nº 608.9.185827/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.187. Procedimento Ministerial nº 608.9.186369/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.188. Procedimento Ministerial nº 608.9.185944/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.189. Procedimento Ministerial nº 608.9.186302/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.190. Procedimento Ministerial nº 608.9.185931/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.191. Procedimento Ministerial nº 608.9.186258/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.192. Procedimento Ministerial nº 608.9.186215/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.193. Procedimento Ministerial nº 330.9.112719/2017, da Promotoria de Justiça de Teofilândia;

2.194. Inquérito Civil nº 001.9.215182/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

2.195. Inquérito Civil nº 720.9.15447/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;

2.196. Inquérito Civil nº 003.0.152858/2008, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Teixeira de Freitas;

2.197. Procedimento Ministerial nº 075.9.56216/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;

2.198. Procedimento Ministerial nº 003.0.245230/2015, da 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

2.199. Inquérito Civil nº 709.0.216719/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

2.200. Procedimento Ministerial nº 003.1.93966/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Direito dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

2.201. Procedimento Ministerial nº 003.0.133911/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

2.202. Inquérito Civil nº 003.0.262163/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

2.203. Inquérito Civil nº 680.0.208123/2016, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;

2.204. Procedimento Ministerial nº 003.0.11067/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

2.205. Procedimento Ministerial nº 075.9.59837/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;

2.206. Inquérito Civil nº 066.0.59923/2013, da Promotoria de Justiça de Casa Nova.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA:

2.207. Inquérito Civil nº 708.9.189918/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

2.208. Inquérito Civil nº 003.0.165272/2012, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

- 2.209. Procedimento Ministerial nº 003.9.31280/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
2.210. Inquérito Civil nº 001.9.1743/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
2.211. Inquérito Civil nº 001.9.251569/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
2.212. Procedimento Ministerial nº 702.0.147680/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
2.213. Inquérito Civil nº 003.0.13735/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
2.214. Procedimento Ministerial nº 003.0.156253/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
2.215. Inquérito Civil nº 001.9.1769/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
2.216. Inquérito Civil nº 003.0.47597/2009, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:

- 2.217. Inquérito Civil nº 598.9.214161/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
2.218. Inquérito Civil nº 146.0.14720/2010, da Promotoria de Justiça de Laje;
2.219. Inquérito Civil nº 003.9.190757/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
2.220. Procedimento Ministerial nº 708.9.21689/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
2.221. Inquérito Civil nº 708.0.138602/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
2.222. Procedimento Ministerial nº 598.0.68459/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
2.223. Inquérito Civil nº 597.0.168962/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
2.224. Inquérito Civil nº 334.0.201718/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Tucano.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

- 2.225. Inquérito Civil nº 692.0.71102/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
2.226. Inquérito Civil nº 644.9.35920/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
2.227. Procedimento Ministerial nº 003.0.90402/2011, da Promotoria de Justiça de Itajuípe;
2.228. Procedimento Ministerial nº 146.0.64885/2012, da Promotoria de Justiça de Laje;
2.229. Inquérito Civil nº 003.0.248608/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
2.230. Inquérito Civil nº 644.9.34977/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
2.231. Procedimento Ministerial nº 696.0.104884/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
2.232. Inquérito Civil nº 596.0.203672/2014, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
2.233. Procedimento Ministerial nº 600.9.134278/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
2.234. Procedimento Ministerial nº 705.0.29719/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

- 2.235. Inquérito Civil nº 003.0.192914/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Jacobina;
- 2.236. Procedimento Ministerial nº 003.0.208148/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa;
- 2.237. Procedimento Ministerial nº 003.0.79645/2010, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.238. Inquérito Civil nº 699.0.24970/2013, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Itaberaba;
- 2.239. Inquérito Civil nº 644.0.255061/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 2.240. Inquérito Civil nº 699.0.85156/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 2.241. Inquérito Civil nº 003.0.40245/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.242. Inquérito Civil nº 646.0.212648/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.243. Inquérito Civil nº 709.0.201761/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 2.244. Procedimento Ministerial nº 054.0.93524/2012, da Promotoria de Justiça de Cândido Sales;
- 2.245. Inquérito Civil nº 003.0.163721/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.246. Inquérito Civil nº 323.0.47632/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Irará;
- 2.247. Inquérito Civil nº 709.0.100198/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 2.248. Inquérito Civil nº 705.0.12860/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Paulo Afonso;
- 2.249. Inquérito Civil nº 015.1.120016/2006, da Promotoria de Justiça de Araci;
- 2.250. Inquérito Civil nº 596.0.99265/2016, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.251. Inquérito Civil nº 598.0.117460/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.252. Inquérito Civil nº 596.0.82499/2013, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.253. Procedimento Ministerial nº 003.0.145222/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.254. Inquérito Civil nº 003.0.139962/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.255. Inquérito Civil nº 592.0.185407/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 2.256. Procedimento Ministerial nº 035.0.128494/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 2.257. Procedimento Ministerial nº 003.0.71831/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 2.258. Inquérito Civil nº 003.0.76035/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.259. Inquérito Civil nº 003.0.241296/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.260. Procedimento Ministerial nº 608.0.148327/2012, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.261. Inquérito Civil nº 600.0.182397/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio;
- 2.262. Procedimento Ministerial nº 003.9.89334/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

- 2.263. Inquérito Civil nº 591.9.152179/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.264. Procedimento Ministerial nº 702.0.142722/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 2.265. Procedimento Ministerial nº 003.0.97262/2009, da Promotoria de Justiça de Piatã;
- 2.266. Recurso Administrativo nº 003.0.91578/2016, apenso Inquérito Civil nº 708.0.4938/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 2.267. Inquérito Civil nº 352.1.61327/2006, da Promotoria de Justiça de Valente;
- 2.268. Procedimento Ministerial nº 007.9.82141/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 2.269. Inquérito Civil nº 003.0.42721/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.270. Procedimento Ministerial nº 696.9.9701/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.271. Inquérito Civil nº 600.0.18645/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.272. Inquérito Civil nº 015.0.51707/2008, da Promotoria de Araci;
- 2.273. Procedimento Ministerial nº 591.9.150403/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.274. Inquérito Civil nº 644.0.43131/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 2.275. Procedimento Ministerial nº 003.0.191323/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.276. Procedimento Ministerial nº 003.0.9161/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

3. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em 26 de fevereiro de 2018.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público